

NOVA OLÍMPIA

Prefeito anuncia novos ajustes para equilibrar as contas

>> **Nélson Alves**
Assessoria

Em uma carta aberta à população novaolimpiense e entrevista à imprensa local, o prefeito de Nova Olímpia Cristovão Masson anunciou medidas visando a redução dos gastos na administração municipal. Os ajustes começam a vigorar no dia primeiro de fevereiro.

“Temos que tomar atitudes, atitudes dolorosas, mas boas para o nosso município. Muitos não vão aceitar de imediato, mas depois, vão entender que estamos fazendo a coisa certa. Haverá muitas críticas, mas com fé em Deus, essas críticas serão transformadas em elogios, porque estamos fazendo o que deve ser feito, pois estamos no nosso último ano de administração e devemos chegar ao seu final com as contas zeradas”, justificou o prefeito na Carta, destacando que está estampado em todos os noticiários, rádios, jornais e TVs, que o país passa por seu momento mais crítico e isso tem gerado grandes reflexos na vida de todas as pessoas, nos órgãos públicos e principalmente os pequenos municípios que necessitam de repasses para fazer frente aos serviços prestados à comunidade.

“Não temos como fazer milagres com os escassos recursos que chegam a Nova Olímpia, por isso temos que tomar me-



Para fechar as contas em dezembro de 2016, precisa economizar R\$ 135 mil por mês

didadas sérias e dolorosas que jamais queríamos tomar. Todos me conhecem, sabem da minha história e da história da minha família nesta cidade e devem compreender que o que vamos fazer é por força da obrigação para que Nova Olímpia seja governável e não entre em colapso financeiro”, justificou o prefeito Masson, destacando que para fechar as contas em dezembro de 2016, precisa economizar R\$ 135 mil por mês, ou seja 1.620.000,00 no ano.

Segundo o prefeito, as medidas são: vacância no cargo de Chefe de Gabinete; Transformar a Secretaria de Desenvolvimento Rural em Departamento de Desenvolvimento Rural, deixando vago o cargo de Secretário,

Fusão das Secretarias de Planejamento com a de Indústria e Comércio, que ficará responsável por outros setores; alteração do horário de expediente da Prefeitura das 7h às 13h; cessar o transporte de alunos à faculdade por meio dos ônibus da prefeitura e terceirizados; reduzir um turno de atendimento na Unidade Mista de Saúde, ou seja, das 23h às 7h da manhã. Nesse período, o atendimento será prestado pelo SAMU-192 (24horas), que através da regulação vai designar a Unidade até o local e o transporte será feito ao Hospital conveniado.

Foi decretado ainda que as férias de servidores somente serão liberadas com anuência do prefeito. Corte da concessão de



“Dói no coração ter que chegar no final de gestão fazendo cortes”, diz Masson

horas extras, que somente serão concedidas em urgência/emergência desde que liberadas pelo prefeito. E a concessão de licença prêmio, somente em caso de extrema necessidade e excepcionalidade, desde que não haja oneração aos cofres públicos.

Também foi acordado com os secretários para diminuir drasticamente as aquisições nas secretarias e se assim necessitar, somente as prioritárias. “Temos que economizar R\$ 135 mil por mês e é por isso que estamos fechando a torneira, apertando o cinto e cortando na carne”, comentou o prefeito.

De acordo com ele, com todos os cortes anunciados, estima-se gerar uma economia de R\$ 1 milhão neste ano. “Porém,

ainda teremos que encontrar outros meios de economizar 600 mil. E para isso, estamos levantando outras situações. E desde que não haja grandes prejuízos à população, vamos ter que tomar”, anunciou.

Ao finalizar, o prefeito disse: “Quero ainda frisar que são medidas que não gostaríamos de tomar. Dói no coração ter que chegar no final de gestão fazendo cortes, cessando serviços. Mas se assim estamos fazendo, é porque somos obrigados por força de lei, porque sou o gestor e sou eu que serei responsabilizado administrativo, civil e penalmente pela gestão do município. Peço a Deus que nos dê força e sabedoria para passarmos por essa fase”.

TECNOLOGIA

AMM apresenta demandas dos municípios ao TCE

>> **Agência AMM**
Com Assessoria TCE

A dificuldade dos municípios mato-grossenses em enviar dados contábeis do sistema Aplic ao Tribunal de Contas de Mato Grosso foi um dos principais assuntos discutidos nesta terça-feira, 26, durante reunião entre o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, e o presidente do TCE, Antonio Joaquim. O encontro contou também com a presença dos prefeitos de Confresa, Gaspar Domingos Lazari, e de Querência, Gilmar Wentz, além da Coordenadora de Relações Institucionais da AMM, Lieda Brito.

A instabilidade da internet em algumas regiões, como o Araguaia, é um dos motivos que estão atrasando o envio dos dados para o TCE. Além disso, alguns municípios ainda têm dificuldade de operar o sistema para envio da prestação de contas.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos pelo

Tribunal está gerando a aplicação de multas. Muitas prefeituras já foram penalizadas por conta do atraso no envio dos dados, entre outros fatores. “A AMM fará uma consulta oficial sobre as multas que estão sendo aplicadas aos gestores e vai orientar os prefeitos sobre como evitar as penalidades”, assinalou o presidente Neurilan Fraga.

Os gestores também enfrentam dificuldades para administrar o alto custo com sistemas de tecnologia oferecidos por empresas especializadas. Sobre o assunto, o presidente do TCE, Antonio Joaquim, disse que será assinado um termo de cooperação com a AMM para que a instituição acompanhe o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), software pioneiro que integra os subsistemas de Planejamento, Contabilidade, Prestação de Contas, Administrativo e Financeiro. “Teremos um sistema único e eficaz que vai ajudar os municípios a avançar na prestação de contas”, afir-



O encontro contou também com a presença dos prefeitos de Confresa e de Querência

mou o dirigente do Tribunal.

Durante a reunião também foi abordada a parceria entre o TCE e o Ministério Público para a realização de

um evento dirigido a agentes políticos. O evento contará ainda com a participação do Tribunal Regional Eleitoral que tratará da legislação em

torno das eleições. A primeira edição acontece em 19 de maio, antes das convenções partidárias, voltada aos partidos políticos.